

## Apontamentos sobre o crime de peculato

Sérgio de Oliveira Médici<sup>(\*)</sup>

Procurador de Justiça aposentado

### I. Etimologia, origem e conceito

A palavra peculato origina-se do latim *peculatus*, de *peculari*, de *pecus*, cuja tradução literal corresponde a *gado*. Por isso, observa De Plácido e Silva, "literalmente, deveria o vocábulo exprimir o furto de gado"<sup>(1)</sup>. E lembra que *pecus*, primitivamente, era a denominação da moeda corrente. Daí porque *peculatus*, desde os primeiros tempos de Roma, exprimia o furto de dinheiros públicos: *furtum pecuniae publicae vel fiscalis*.

Hungria, ao relatar a gênese romana do peculato, revela que "à subtração de coisas pertencentes ao Estado chamava-se *peculatus* ou *depeculatus*, sendo este *nomen juris* oriundo do tempo anterior à introdução da moeda, quando bois e carneiros (*pecus*), destinados aos sacrifícios, constituíam riqueza pública por excelência (...). Com o *peculatus* era identificado o *sacrilegium*, isto é, o furto de coisas pertencentes ou consagradas aos deuses, sendo certo que, como adverte Mommsen, as *res sacrae* e as *res publicae* não se diferenciavam juridicamente"<sup>(2)</sup>.

O crime subsistiu na Idade Média, integrando as legislações que se seguiram ao Direito Romano, sob influência deste e do Direito canônico.

Atualmente, entretanto, peculato significa a tomada de dinheiro ou de qualquer bem público pelo funcionário público. Ainda que descrito de forma variada, praticamente todas as nações ocidentais restringem o peculato ao comportamento criminoso, de ordem patrimonial, praticado por agente público.

### II. O peculato no Direito brasileiro

Nas Ordenações Filipinas, aplicadas no Brasil de 1603 a 1830, o peculato estava assim conceituado no Livro V, Título LXXIV:

*"Dos Officiaes del-Rey, que lhe furtão, ou deixão perder sua Fazenda per malicia*

*Qualquer Official nosso, ou pessoa outra, que alguma cousa por Nós houver de receber, guardar, despende, ou arrendar nossas rendas, ou*

(\*) Professor de Direito Penal.

(1) "Vocabulário jurídico", 3ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1973, v. III, pág. 1134.

(2) "Comentários ao Código Penal", Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1959, v. IX, pág. 330.

*administrar por qualquer maneira, se algumas das ditas cousas furtar, ou maliciosamente levar, ou deixar levar, ou furtar a outrem, perca o dito Officio, e tudo o que de Nós tiver; e pague-nos anoveado a valia daquillo, que assi for furtado, ou levado, e mais haja a pena de ladrão, que por nossas Ordenações aos ladrões he ordenada, segundo for a quantidade da cousa*

*E as mesmas penas haverão lugar nos nossos Officiaes, conteudos nesta Ordenação de qualquer Officio que seja, que derem ajuda, conselho, ou favor aos officiaes para fazer cada huma das citas cousas"*

No Código Criminal do Império (1830), o peculato estava incluído entre os crimes contra o tesouro público e propriedade pública. O crime se configurava com a subtração de dinheiros ou efeitos públicos que o funcionário tivesse a seu cargo.

O Código Republicano de 1890 classificou-o como crime contra a boa ordem e administração pública. A definição era a seguinte:

"Subtrair, consumir ou extraviar dinheiro, documentos, efeitos, gêneros ou quaisquer bens pertencentes à Fazenda Pública, confiados à sua guarda ou administração, ou à de outrem, sobre quem exerça fiscalização em razão do officio; consentir, por qualquer modo, que outrem se aproprie indevidamente desses mesmos bens, os extravie ou consuma em uso próprio ou alheio".

Em 1907, a Lei nº 1.785, entre outras significativas alterações, passou a sujeitar co-autores e cúmplices dos peculatórios ao mesmo processo e às mesmas penas.

Para que o crime ocorresse os bens móveis públicos ou particulares deveriam estar sob guarda ou administração do funcionário, ou, ainda com ele depositados, em razão do cargo.

A Lei nº 2.110, de 30 de setembro de 1909, que disciplinou o delito, dispunha que o integral ressarcimento do prejuízo, mediante restituição ou pagamento da coisa subtraída ou distraída, isentava o agente da pena privativa de liberdade, mas determinava a perda do emprego público e inabilitação para exercer qualquer função pública, por cinco a quinze anos (art. 2º).

Em 1923, o peculato foi regulado pelo Decreto nº 4.780, de 27 de dezembro, cuja redação, posteriormente, foi adotada pela Consolidação das Leis Penais nos artigos 221 a 223. Neste diploma legal, conhecido como Código Piragibe, a isenção pelo ressarcimento do dano somente era cabível no caso de peculato culposos.

A Consolidação não definia o peculato mediante erro de outrem. A redação do tipo empregava exagerado casuísmo, com a finalidade evidente de exprimir os diversos modos pelos quais o sujeito ativo poderia praticá-lo.

Finalmente, o Código Penal de 1940, cuja parte especial ainda está em vigor, disciplinou o delito nos artigos 312 e 313, que integram o Título XI – Dos crimes contra a administração pública, em seu Capítulo I – Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.

No *caput* do art. 312, o Código define duas modalidades de peculato, ambos dolosos: o peculato-apropriação e o peculato-desvio. O § 1º conceitua o peculato-furto (também doloso). A única modalidade culposa de peculato está definida no § 2º. Já o art. 313 considera crime o peculato mediante erro de outrem.

### III. Elementos do crime

No atual Direito Penal brasileiro, são três os elementos essenciais do crime de peculato doloso:

- 1 agente funcionário público;
- 2 apropriação, desvio ou subtração, em proveito próprio ou alheio, de dinheiro, valor ou qualquer outro bem público ou particular;
- 3 posse de tais bens, na apropriação, ou seja, a guarda, o depósito, a arrecadação, a administração, em razão do cargo, pelo funcionário agente do delito; o acesso à coisa, no desvio; a facilidade na subtração proporcionada pela qualidade de funcionário; o recebimento do bem por erro de outrem.

### IV. Modalidades do delito

O Código Penal vigente prevê cinco modalidades de peculato:

- 1 Peculato-apropriação (312, *caput*, 1ª figura)
- 2 Peculato-desvio (312, *caput*, 2ª fig.)
- 3 Peculato-subtração (312, § 1º)
- 4 Peculato culposo (312, § 2º)
- 5 Peculato mediante fraude (313)

#### 1 Peculato-apropriação

Apropriar-se significa assenhorear-se; tornar próprio o que pertence a outrem.

Pedro Aleixo indica várias formas de apropriação, como o consumo, a alheação e a retenção. Nesta última, o fato criminoso se revela pela recusa da entrega ou da restituição da coisa. Consumindo, alienando ou retendo o bem móvel, o agente revela conduta de “dono” da coisa.<sup>(3)</sup>

(3) “O peculato no Direito Penal brasileiro”, tese apresentada em concurso à Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais para a Cadeira de Direito Penal, Belo Horizonte: s. ed. 1956, pág. 51

Trata-se da configuração central do crime, daí ser denominada de peculato próprio ou tipo fundamental por comentaristas do Código, como Hungria<sup>(4)</sup> e Magalhães Noronha.<sup>(5)</sup>

O elemento subjetivo é o dolo. Para a doutrina tradicional, dolo genérico na modalidade de apropriação (não importa o destino posterior dado à coisa).

O motivo que o agente teve para praticar o crime (altruístico ou egoístico, social ou anti-social, nobre ou vulgar) é irrelevante, para Pedro Aleixo: “O que importa é a certeza de que, pela apropriação ou pelo desvio, o sujeito ativo recolheu, para si ou para outrem, um proveito que não precisa ser exclusivamente de ordem material ou especificamente material, pois qualquer que seja sua categoria, não se modifica a natureza do crime”.<sup>(6)</sup>

#### 2. Peculato-desvio

Com o desvio, a coisa, por ação ou omissão do agente, tem destino diverso daquele que lhe estava reservado.

Para Pedro Aleixo, “facilmente se distingue o modo apropriar-se do modo desviar. A redação dada está demonstrando que somente quando se trata de desvio é que há uma indagação a ser feita sobre se alguém, o agente ou outrem, tirou proveito do bem móvel. Além disso, na apropriação, o proveito para quem se apropria da coisa está implícito. Praticada a apropriação, pouco importa saber o destino que o agente deu à coisa de que se apropriou. Seu procedimento posterior não modifica a substância do crime. Venderá, doará, consumirá, guardará a coisa, segundo lhe aprouver”.<sup>(7)</sup>

O desvio – acrescenta Aleixo – é apresentável pelas mais diversas formas. Em se tratando de dinheiro, o tesoureiro, o caixa, o depositário, o funcionário que, sob qualquer denominação, tem a seu cargo guardá-lo, poderá emprestá-lo, depositá-lo em conta pessoal nos estabelecimentos de crédito, empregá-lo ocultamente no comércio, na indústria, até mesmo lançá-lo em arriscadas Operações de Bolsa, ou servir-se dele para suas despesas particulares.

O proveito pode ser vantagem patrimonial ou não patrimonial, como ensina Manzini.<sup>(8)</sup> Mas se houve proveito da própria administração, o crime não se configura (pode ser o delito do artigo 315).

(4) Ob cit., pág. 332

(5) “Direito Penal”, São Paulo: Ed. Saraiva, 1965, 4ª v., pág. 261

(6) Ob cit., pág. 52

(7) Ob cit., págs. 52-53

(8) VINCENZO MANZINI, “Trattato di Diritto Penale italiano”, Torino: Unione Iip. Ed. Torinese, 1926, v. V, pág. 116

O dolo, aqui, na denominação da doutrina tradicional, é específico (ou elemento subjetivo do tipo, para o finalismo), por conter uma finalidade especial ou determinada (o “proveito próprio ou alheio”).

### 3. Peculato-subtração

A subtração (§ 1<sup>a</sup>) é a retirada da coisa que não está na posse do funcionário, daí ser também denominada a modalidade, na doutrina, de peculato-furto.

O agente, aqui, não tem a posse do objeto do crime. A coisa é subtraída, furtada, valendo-se o sujeito ativo da facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

A subtração pode ser feita pelo funcionário ou por outra pessoa, mas auxiliada pelo funcionário. No segundo caso, há concurso necessário.

A facilidade é, no dizer de Hungria, “qualquer circunstância de fato propícia à prática do crime, notadamente o fácil ingresso ou acesso à repartição ou local onde se achava a coisa subtraída”.<sup>(9)</sup> A condição de funcionário é ocasião e não causa para o crime, afirma.

O elemento subjetivo do tipo está presente na expressão em proveito próprio ou alheio.

### 4. Peculato culposo

Nesta modalidade (§ 2<sup>a</sup>) o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem. A outra pessoa pode ser ou não funcionário público e o seu crime será peculato-apropriação, peculato-desvio ou peculato-furto.

No tipo somente incide o funcionário que atua com culpa, ou seja, por não observância do cuidado a que estava obrigado pelas circunstâncias. Em cada caso deve ser demonstrada a imprudência, a imperícia ou a negligência do agente.

Exemplo bastante citado na doutrina: o funcionário, por descuido, deixa aberto o cofre ou a gaveta onde está guardado o dinheiro, propiciando que outra pessoa o subtraia.

A reparação do dano, nesta modalidade, determina a extinção da punibilidade (se precede à sentença irrecorrível) ou reduz de metade a pena imposta (§ 3<sup>a</sup>). Nas demais modalidades, aplica-se o arrependimento posterior (art. 16 do CP).

A pena é de detenção de três meses a um ano.

Conseqüentemente, é admitida a suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei nº 9 099/95).

(9) Ob. cit., v. IX, pág. 350.

### 5. Peculato mediante fraude

No tipo do art. 313, o funcionário apropria-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.

A qualidade especial do sujeito ativo está implícita no tipo, uma vez que não há referência expressa a funcionário público. Mas evidencia-se pela denominação do capítulo, pelo *nomem juris* (peculato) e, principalmente, em função da expressão no exercício do cargo.

Qualquer utilidade pode ser considerada expressão mais ampla do que dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel. O conceito de utilidade abrange serviço, préstimo, lucro, interesse, móvel, valor e até imóvel. Mas, no tipo, a interpretação deve ser restrita, pois não se pode admitir peculato de coisa imóvel. Além disso, para propiciar uma entrega ao funcionário, o objeto do crime precisa ser dinheiro, valor ou coisa móvel.

Consiste na entrega ao funcionário de dinheiro ou utilidade indevido ou em quantidade superior ao devido. O erro não pode ter sido provocado pelo funcionário, pois, nesta hipótese, o crime será de estelionato.

A pena é bastante inferior à das figuras dolosas anteriores (reclusão de um a quatro anos e multa, enquanto naquelas é de reclusão de dois a doze anos e multa). Por isso, possível a suspensão condicional do processo (Lei nº 9 099/95, art. 89).

### V. Sujeito ativo

Trata-se de crime próprio, pois exige uma qualidade especial do agente (funcionário público). O conceito de funcionário público, para efeitos penais, é mais amplo do que o do direito administrativo (art. 327 do CP). Assim, também é considerado funcionário público, por extensão, aquele que exerce função pública sem receber qualquer espécie de remuneração.

Excluída a condição de funcionário público do agente, o fato assume outra tipificação, como apropriação indébita ou furto (crimes comuns).

A pessoa que não exerce função pública pode ser sujeito ativo na hipótese de concurso de pessoas como partícipe, pois a condição de caráter pessoal (funcionário público), por ser elementar do crime, comunica-se ao concorrente da infração penal (art. 30 do CP). Não há, entretanto, possibilidade de co-autoria, tendo em vista que a figura típica exige atos executórios de pessoa integrante dos quadros do funcionalismo público.

### VI. Objeto material

O emprego impróprio da palavra posse no art. 312 do Código Penal foi criticado pela doutrina. Assim, Pedro Aleixo assinala que “juridicamente, posse



se distingue de detenção. É certo que o legislador penal não é obrigado a dar acolhida a todos os conceitos e noções já firmados em outros ramos de Direito, quando elabora a norma definidora de crimes e cominadora de penas. Sucede, porém, que o sentido civilista da palavra posse foi aceita pelos elaboradores do Código de 1940, na conceituação do crime de apropriação indébita". Preferível, para este autor, a adoção do vocábulo detenção com o conceito dado pelo Código Civil (art 487).<sup>(10)</sup>

A jurisprudência tem entendido que a posse, no peculato, deve ser entendida em sentido amplo, compreendendo a simples detenção e a posse indireta.<sup>(11)</sup>

A crítica alcança, ainda, a redação do art. 312 quanto ao objeto do crime ("dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel"). Há, aqui, para Pedro Aleixo, notável redundância: "Entre as categorias dos bens considerados em si mesmos, figura a que os distingue em móveis e imóveis. Os móveis são 'os susceptíveis de movimento próprio ou de remoção por força alheia' (art. 47 do Código Civil). A referência a móvel dispensaria a destacada referência a dinheiro". E, depois, ressalta que "dinheiro é uma espécie de valor e valor nem sempre é bem móvel. Se o objetivo foi ampliar, com o emprego do vocábulo valor, um conceito de coisa que dinheiro não abrange, bastaria que se falasse em valor, sem falar em dinheiro".<sup>(12)</sup>

A expressão bem móvel exclui da incriminação a apropriação, desvio ou subtração de bem imóvel. Entretanto, se do imóvel forem extraídas partes ou se o imóvel for fragmentado em partes que se convertam em móveis, as partes assim mobilizadas passam a ser suscetíveis do peculato. Também os frutos do imóvel ou utilidades outras nele obtidas se convertem em objetos do delito.<sup>(13)</sup>

O tipo, por outro lado, não faz qualquer distinção entre coisas fungíveis ou infungíveis, consumíveis ou não. A energia elétrica (equiparada à coisa móvel pelo art. 155, § 3º, do CP) está compreendida no conceito de bem móvel.<sup>(14)</sup>

Valor, para Magalhães Drummond, compreende os títulos da dívida pública, nacional ou estrangeira, federal, estadual ou municipal.<sup>(15)</sup> Acrescenta

(10) Ob. cit., pág. 25. Art. 485 do Código Civil: Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes ao domínio, ou propriedade. Art. 487. Não é possuidor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.

(11) STJ, RTJ, 119/1030.

(12) Ob. cit., págs. 25-26.

(13) Cf. VINCENZO MANZINI, ob. cit., pág. 68.

(14) Neste sentido, MAGALHÃES DRUMMOND, "Comentários ao Código Penal", Rio de Janeiro: Ed. Revista Forense, 1944, v. IX, pág. 269.

(15) Ob. cit., pág. 268.

Pedro Aleixo que "a palavra significa também tudo mais que tem preço ou que tem valia".<sup>(16)</sup>

O simples uso do bem móvel não constitui peculato, a não ser que implique apropriação ou desvio, por ausência de previsão legal do peculato de uso.<sup>(17)</sup> Bem ressalva Magalhães Noronha que "a coisa usada deve ser restituída nas mesmas condições em que se encontrava antes, não acontecendo isso, v.g., com o uso de automóvel, cuja gasolina e cujo óleo foram consumidos, não o provendo antes de entregá-lo o agente".<sup>(18)</sup>

Coisas abandonadas ou coisas de ninguém não integram o conceito do crime, a menos que ainda representem valor econômico. Como exemplo, o fato de um funcionário de ferrovia estatal vender bilhete de viagem já utilizado.<sup>(19)</sup>

### VII. Consumação e tentativa

Na modalidade de peculato por meio de apropriação, o crime está consumado desde o momento em que o agente, simples possuidor, se arroga atributos de dono da coisa. No caso do desvio, a consumação se dá no instante em que se alterou o destino natural do bem, em proveito do agente ou de outrem.<sup>(20)</sup>

A restituição da coisa ou a composição amigável para a reparação do dano não isenta o agente da responsabilidade penal. Somente haverá possibilidade de redução de pena e reflexos no âmbito civil. A extinção da punibilidade pela reparação do dano é admitida apenas na modalidade culposa.<sup>(21)</sup>

A tentativa, doutrinariamente, é possível, nas modalidades dolosas, sempre que a apropriação ou o desvio pretendido pelo funcionário for interrompido por circunstância alheia à vontade do agente. Magalhães Noronha, entretanto, comenta a dificuldade da caracterização do peculato tentado em situações concretas.<sup>(22)</sup>

### VIII. Legislação especial

Se o agente é prefeito municipal, aplica-se o Decreto-lei nº 201/67, art. 1º, incisos I e II. O texto da legislação especial é o seguinte:

(16) Ob. cit., pág. 45.

(17) Neste sentido, PEDRO ALEIXO, ob. cit., pág. 45.

(18) Ob. cit., pág. 266.

(19) Cf. PEDRO ALEIXO, ob. cit., pág. 46.

(20) Cf. PEDRO ALEIXO, ob. cit., págs. 54-55.

(21) Cf. §§ 2º e 3º do art. 312.

(22) Ob. cit., pág. 270. Magalhães Noronha formula o seguinte exemplo de peculato tentado: "O tesoureiro ou caixa de repartição é detido ao sair desta, portando dinheiro que devia ter ficado no respectivo cofre, provados os outros requisitos do crime, terá cometido tentativa, pois o numerário ainda se encontrava sob a vigilância e defesa da administração pública, não se podendo dizer que o agente já tinha domínio dele".

“Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

I – Apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio

II – Utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas, ou serviços públicos”.

O Decreto-lei nº 201/67 incrimina, no inciso II, o peculato de uso, modalidade não existente no vigente Código Penal.

A ação penal é pública incondicionada e a pena é de reclusão, de dois a doze anos (§ 1º). Trata-se da mesma pena prevista no art. 312 do Código Penal.

#### IX. Legislação projetada

O Anteprojeto de lei de 1999,<sup>(23)</sup> que reforma a Parte Especial do Código Penal, mantém a estrutura da legislação vigente em relação ao peculato.

A modalidade peculato-desvio, que não constava da redação original do Anteprojeto de 1998, foi incluída no texto revisto por proposta do autor deste artigo.<sup>(24)</sup>

A inovação está na incriminação do peculato de uso. Com isso, passa a ser típica a conduta do funcionário público que utilize, indevidamente, ou permite que alguém o faça, dinheiro, valor, serviço ou qualquer outro bem móvel de que tenha a posse em razão do cargo ou função, em proveito próprio ou alheio.<sup>(25)</sup>

(23) O Anteprojeto foi entregue ao Ministro da Justiça Renan Calheiros pela Comissão Revisora, presidida pelo Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, em 8 de abril de 1999.

(24) Cf. ata da 3ª reunião da Comissão Revisora. O Procurador de Justiça Arthur Cogan foi quem alertou a Comissão Revisora a respeito da omissão. A redação original do Anteprojeto tinha o seguinte teor: “Art. 305 Utilizar o funcionário público, indevidamente, ou permitir que alguém o faça, dinheiro, valor, serviço ou qualquer outro bem móvel ou imóvel de que tenha posse em razão do cargo ou função, em proveito próprio ou alheio”.

(25) O Anteprojeto de 1999 assim disciplina o delito de peculato:

“Peculato

Art. 319. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo ou função, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio:

Pena – reclusão, de três a doze anos, e multa

§ 1º Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, subtrai-o, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

Peculato de uso

§ 2º Utilizar o funcionário público, indevidamente, ou permitir que alguém o faça, dinheiro, valor, serviço ou qualquer outro bem móvel ou imóvel de que tenha posse em razão do cargo ou função, em proveito próprio ou alheio:

#### BIBLIOGRAFIA

Aleixo, Pedro. “O peculato no Direito Penal brasileiro” Tese apresentada em concurso à Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais para a Cadeira de Direito Penal, Belo Horizonte: s. ed., 1956.

Asúa, Luis Jiménez de. “Tratado de Derecho Penal”. Buenos Aires: Ed. Losada, 1951.

Balestra, Carlos Fontán. “Tratado de Derecho Penal”. 2ª ed., atualizada por Guillermo A. C. Ledesma. Buenos Aires: Ed. Abelendo-Perrot, 1990.

Battaglini, Giulio. “Direito Penal – Parte Geral”. Tradução portuguesa de Paulo José da Costa Jr. e Ada Pellegrini Grinover, notas de Euclides Custódio da Silveira. São Paulo: Ed. Saraiva, 1964.

Bettiol, Giuseppe. “Direito Penal”. Tradução portuguesa de Paulo José da Costa Júnior e Alberto Silva Franco, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1966.

— “Instituições de Direito e Processo Penal”. Tradução de Manuel da Costa Andrade, Coimbra: Ed. Coimbra, 1974.

Bruno, Anibal. “Direito Penal”. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1984.

Costa Júnior, Paulo José da. “Comentários ao Código Penal”, São Paulo: Ed. Saraiva, 1986.

— “Curso de Direito Penal”. São Paulo: Ed. Saraiva, 1991.

— “Direito Penal objetivo”. 2ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1991.

Cuello Calón, Eugenio. “Derecho Penal”. 7ª ed. Barcelona: Ed. Bosch, 1949.

Delmanto, Celso e Delmanto, Roberto. “Código Penal comentado”. 3ª ed. São Paulo: Ed. Renovar, 1991.

De Plácido e Silva. “Vocabulário Jurídico”, 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1973, v. III.

Faria, Antonio Bento de. “Anotações teórico-práticas ao Código Penal do Brasil”. 3ª ed. São Paulo, 1920.

Fragoso, Heleno Cláudio. “Lições de Direito Penal”. 11ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1985.

Franco, Alberto Silva; e Silva Júnior, José; Betanho, Luiz Carlos; Stoco, Rui; Feltrin, Sebastião Oscar; Guastini, Vicente Celso da Rocha; Ninno, Wilson. “Código Penal e sua interpretação jurisprudencial”. 5ª ed., São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1995.

Gama, Afonso Dyonísio. “Código Penal brasileiro”. 2ª ed., São Paulo: Ed. Saraiva, 1929.

Garcia, Basileu. “Instituições de Direito Penal”. 5ª ed., São Paulo: Ed. Max Limonad, 1980.

Gilissen, John. “Introdução histórica ao Direito”. Tradução para o português de António Manuel Hespanha e Manuel Luís Macaísta Malheiros. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

Hungria, Nelson. “Comentários ao Código Penal”. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1959, v. IX.

Jesus, Damásio Evangelista de. “Código Penal anotado”. 5ª ed., São Paulo: Ed. Saraiva, 1995.

— “Direito Penal”, 19ª ed., revista e atualizada, São Paulo: Ed. Saraiva, 1995.

Lopes, Jair Leonardo. “Curso de Direito Penal”. 2ª ed., São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1996.

Pena – reclusão, de dois a cinco anos, e multa

Peculato culposo

§ 3º Facilitar o funcionário culposamente a prática de qualquer dos crimes previstos neste artigo:

Pena – detenção, de três meses a um ano

Reparação do dano

§ 4º No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede a sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta

Peculato mediante erro de outrem

Art. 320. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, que, no exercício da função, recebeu por erro de outrem:

Pena – reclusão, de dois a cinco anos, e multa”.

- Loureiro, Osman "O Direito Penal e o Código de 1940" Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1961
- Magalhães Drummond "Comentários ao Código Penal" Rio de Janeiro: Ed. Revista Forense, 1944, v. IX
- Magalhães Noronha Edgard "Direito Penal" São Paulo: Ed. Saraiva, 1965
- \_\_\_\_ 31ª ed., revista e atualizada por Adalberto José Q I de Camargo Aranha, São Paulo: Ed. Saraiva, 1995
- Manzini, Vincenzo *"Trattato di Diritto Penale italiano"* Torino: Unione Tip. Ed. Torinese, 1926
- Marques, José Frederico "Curso de Direito Penal" São Paulo: Ed. Saraiva, 1961
- Mirabete, Júlio Fabbrini "Manual de Direito Penal" 8ª ed., São Paulo: Ed. Atlas, 1994
- Mommsen, Théodore. *"Le Droit Pénal Romain"*. Tradução francesa de J. Duquesne Paris: Ed. Albert Fontemoing, 1907
- Nuvolone, Pietro. "O sistema do Direito Penal". Tradução portuguesa de Ada Pellegrini Grinover, notas de René Ariel Dotti São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1981
- Ortolan, Joseph Louis Elzéar *"Eléments de Droit Pénal"* Paris: Libr. Plon, 1875
- Pereira e Sousa, Joaquim José Caetano "Classes dos crimes". Lisboa: Imprensa Régia, 1830
- Pierangelli, José Henrique "Códigos Penais do Brasil – Evolução histórica" Bauru: Ed. Jalovi, 1980
- Puig, Mir. *"Introducción a las bases del Derecho Penal"* Barcelona: Bosch, 1976
- Riccobono, Salvatore. *"Roma madre de las leyes"*, tradução espanhola de J.J. Santa-Pinter Buenos Aires: Ed. Depalma, 1975
- Ripollés, Antonio Quintano. *"Tratado de la parte especial del Derecho Penal"* Madrid: Ed. Revista de Derecho Privado, 1972
- Sabino Júnior, Vicente "Direito Penal" São Paulo: Ed. Sugestões Literárias, 1967
- Salles Júnior, Romeu de Almeida "Código Penal interpretado" São Paulo: Ed. Saraiva, 1996
- Siqueira, Galdino *"Direito Penal brasileiro"* 2ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Jacyntho, 1932
- Toledo, Francisco de Assis "Princípios básicos de Direito Penal" 4ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1991